



Agenda 21 do município de Magé-RJ e suas interfaces com a nova pedagogia da hegemonia

Anne Kassiadou Menezes¹
Carlos Frederico Bernardo Loureiro²
Celso Sánchez Pereira³

Resumo: O artigo analisa a proposta da Agenda 21 de Magé, município do estado do Rio de Janeiro. A argumentação é feita sob a ótica da educação ambiental crítica, com objetivo de compreender a utilização da Agenda para a conformação da hegemonia discursiva neodesenvolvimentista na região. A partir da análise documental, identificam-se premissas pedagógicas que direcionam discursos para uma perspectiva que naturaliza o padrão de desenvolvimento e apaga conflitos ambientais. Afirmamos que a nova pedagogia da hegemonia incentiva movimentos de caráter voluntário ao invés da construção pública da política ambiental e do enfrentamento de conflitos ambientais. Afirmamos ser possível, por meio da educação ambiental crítica, criar alternativas e possibilidades de disputas, no sentido de contribuir com processos de construção de uma outra hegemonia, pautados nos conflitos ambientais que se apresentam como eixo estruturante de propostas pedagógicas voltadas à justiça ambiental.

Palavras-Chave: Agenda 21 de Magé; Pedagogia da Hegemonia; Educação Ambiental Crítica

Agenda 21 in the city of Magé-RJ and its interfaces with new pedagogy of hegemony

Abstract: This article analyzes the proposal of Agenda 21 in the city of Mage, State of Rio de Janeiro. We argument from the perspective of critical environmental education, in order to

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, 2015), pós-graduada em Educação Ambiental (2010) e graduada em Gestão Ambiental (2008). Pesquisadora do Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde el Sur (GEASUR - UNIRIO). Membro da equipe de pesquisadores do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). E-mail: annekmenezes@hotmail.com

² Bacharelado em ecologia, UFRJ, 1988, licenciatura em ciências biológicas, UFRJ, 1989, mestrado em educação, PUCRio, 1992; doutorado em serviço social, UFRJ, 2000. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ. Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade - LIEAS. Pesquisador CNPq. E-mail: fredericoloureiro89@gmail.com

³ Biólogo, licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008). É professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena o Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur, GEASur/UNIRIO. E-mail: celssosanchez2@yahoo.com.br

understand the use of this agenda for the conformation of a “new developmentalist” discursive hegemony in the region. From the analysis of government documents and Agenda 21 of the city chosen to be in a zone of economic expansion in the state of Rio de Janeiro, we could see the establishment of pedagogical assumptions that direct talks that space to a perspective that naturalizes development pattern and deletes environmental conflicts in which the population is immersed. Thus, we affirm that the new pedagogy of hegemony, embodied in Agenda 21 encourages voluntary movements (that emphasize behavioral and technological solutions) instead of public construction of environmental policy and coping with conflicts that define the territoriality in the region. In this context, we claim to be possible through the critical environmental education, create alternatives and possibilities of disputes in the context of environmental policies, in order to contribute to the construction of processes of another hegemony, guided by the environmental conflicts that arise as structure of educational proposals aimed at environmental justice.

Keywords: Agenda 21; Pedagogy of Hegemony; environmental justice; Critical Environmental Education

Introdução

O município de Magé está localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro e faz a ligação entre a baixada fluminense e a região Serrana do estado. Historicamente se constituiu como uma rota de passagem para o interior do país, em particular para Minas Gerais, sendo uma alternativa ao chamado “Caminho do Ouro” situado mais ao sul fluminense. Magé está a cerca de 60 km da capital e possui quase 250 mil habitantes, segundo o censo de 2013 do IBGE. É um município que possui importantes registros históricos e pré-históricos, desde o Porto da Estrela nos fundos da Baía de Guanabara, por onde escoavam produtos do interior do país, até fazendas, quilombos, sambaquis e aldeamentos indígenas. Há inúmeros vestígios arqueológicos na região que registram a presença de Tapuias, depois dos Tupi e Tupinambá entre outros grupos (Bessa Freire e Malheiros, 2010).

No entanto, a despeito da riqueza histórica, o município sofreu com os problemas decorrentes de uma condição periférica no desenvolvimento econômico do estado no século XX: falta de saneamento básico, transporte, saúde, educação e segurança, ausência de respeito às normas ambientais, bem como com os constantes e estruturais casos de corrupção na administração local. Desde 2008, com o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), estando inserido em sua área de influência direta, e com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), essa condição de periferia econômica no estado se altera, todavia, o padrão de organização territorial determinado pelas atividades de refinamento na cadeia produtiva do petróleo, não

modificou substantivamente o desigual acesso e oferta de direitos sociais básicos. Pelo contrário, a reprodução da precariedade de direitos para as classes subalternas agora encontra-se agravada pela intensificação dos impactos socioambientais e perda de territórios tradicionais, ocasionando um cenário de injustiça ambiental. Ou seja, há a produção de uma realidade em que parcela da população (grupos sociais expropriados e com direitos precarizados ou negados), recebe de forma desproporcional os ônus da degradação ambiental, gerando um quadro de reprodução da dominação social e injustiça ambiental (Loureiro, 2012).

É neste contexto e com a perspectiva de contribuir com os debates no campo da educação ambiental (EA), que problematizamos a Agenda 21 Local de Magé, enquanto formato de participação social na agenda ambiental pública, adotado pela estrutura estatal nas diferentes esferas de governo e pelo setor empresarial, enquanto promotores da responsabilidade social e ambiental. A metodologia da Agenda 21 é assumida por estes setores como aquela que em tese poderia contribuir no enfrentamento das questões socioambientais e na resolução consensuada dos problemas.

Vale ressaltar que a educação ambiental teve sua política nacional instituída a partir do final da década de 1990 no Brasil e nos anos 2000 muitos governos começaram a construir suas políticas para a área articuladas à metodologia das agendas 21 (escolares, empresariais, estaduais, municipais, locais, entre outras). Tal fato se observa na vinculação entre as políticas de educação ambiental e da Agenda 21 no âmbito da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC) do Ministério do Meio Ambiente, implementando as diretrizes previstas no Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Aliada a esse destaque, cabe lembrar que a institucionalização da educação ambiental e da Agenda 21 no Brasil se deu no contexto da reforma do Estado a partir dos anos de 1990, instituindo o modelo de Estado Gerencial, com fortes determinações sobre as políticas públicas. Este, nessa configuração, é direcionado para a garantia de um projeto de conciliação de classes, para um novo pacto social fundado em aspectos, em tese, consensuais para a sociedade, legitimando o crescimento econômico com base na liberalização do mercado e a atuação estatal via parcerias público-privado e execução de projetos como caminho para a materialização das políticas públicas (Kaplan, 2011).

Levando em conta os aspectos mencionados que evidenciam a relevância do tema e do recorte proposto, como delimitação do objeto deste artigo, destacamos a Agenda 21 Local, não só pelo processo institucional associado à educação ambiental, mas também por

sua formulação coletiva, ainda que distante de forças sociais populares, estabelecendo um discurso utilizado por governos, Ongs e empresas. O objetivo é analisar a Agenda 21 de Magé de modo a compreender os sentidos dos discursos colocados às organizações da sociedade civil deste município, considerando o contexto de reconfiguração do Estado brasileiro e de fortalecimento de uma economia reprimarizada, baseada no extrativismo de petróleo, mineral, na produção energética e no agronegócio (Gonçalves, 2013).

Utilizamos como referencial teórico a educação ambiental crítica descrita por Loureiro (2007), uma vez que ela favorece uma crítica ao padrão de sociedade vigente e por não comportar separações entre cultura-natureza no entendimento da questão ambiental. É uma perspectiva teórico-metodológica e epistêmico-política consolidada no Brasil, que explicita os processos sociais que determinam a questão ambiental e as configurações históricas das relações sociedade-natureza.

Essa perspectiva da educação ambiental tem por finalidade a superação das relações sociais que determinam as formas de expropriação e dominação na sociedade capitalista, como condição para se estabelecer novas relações sociedade-natureza. Para tanto, são exigências desta a postura problematizadora, a busca pela organização e mobilização social como estratégia para a transformação social, a indissociabilidade entre condutas individuais e coletivas, e a compreensão da complexidade das relações cultura-economia-política.

Diante do escopo do trabalho, convém abordar a obra organizada por Neves (2005), que trata da categoria teórica “pedagogia da hegemonia”, com vistas a aprofundar as análises acerca das estratégias educacionais que constroem consensos em torno de uma forma específica de relação entre Estado e sociedade civil. De acordo com a autora, o termo “pedagogia da hegemonia” foi elaborado a partir da afirmação do intelectual italiano Antonio Gramsci de que toda hegemonia é pedagógica, uma vez que se pauta na construção de consensos, sendo que, no capitalismo, estes se dão pela reprodução da dominação de classe e consentimento dos subalternos. Esse conceito ajuda a entender que todo Estado é educador, ao instituir processos sociais, legitimar condutas e estabelecer normas com validade universal, mesmo que estas derivem de interesses particularistas das classes ou frações de classes dominantes e dirigentes.

Estes fundamentos teóricos nos ajudaram a compreender as estratégias e intencionalidades do processo pedagógico da Agenda 21 Local de Magé. Com isso, foi possível realizar aproximações do debate político com as discussões associadas às práticas

pedagógicas no contexto da educação ambiental, tal como são promovidas em espaços instituídos pela política ambiental brasileira, como no caso, a Agenda 21.

Em termos de delimitação metodológica, utilizamos a análise documental e a análise de conteúdo de acordo com Bardin (2009). Como *corpus* da pesquisa, foram analisados documentos específicos do Ministério do Meio Ambiente e da Agenda 21 Local de Magé. De modo complementar e com o intuito de explicitar o contraditório, utilizamos como fonte documental de análise o livro “50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal”, organizado pelo Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercarias da Baía de Guanabara (MALERBA, RAULINO 2013).

Este trabalho se propõe a assumir a perspectiva de uma ciência cidadã (Martinez-Alier, 2011), por meio de uma investigação metodologicamente e conceitualmente rigorosa e sistemática e de uma posição solidária com os grupos sociais historicamente mais impactados pelo processo de desenvolvimento que organiza o território brasileiro.

Agendas Políticas e Agenda 21 Comperj de Magé

A Agenda 21 Comperj de Magé, é resultado de um processo educativo de caráter não formal, envolvendo agentes sociais locais por meio do programa da Petrobras de responsabilidade social relacionado com a instalação do Comperj. A intenção da empresa com esta iniciativa foi criar o que esta chama de “ambiência de relacionamento positivo” com as comunidades que estão localizadas sob as áreas de influência direta das operações do empreendimento. A Agenda 21 Comperj do município de Magé foi elaborada em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro.

Com base em Guerriero (2013) a Agenda 21 Comperj utiliza a metodologia de setorização e formação de consensos, consagrando uma perspectiva que divide a sociedade em três setores: o primeiro, o poder público, o segundo, o setor privado e o terceiro, integrado por organizações não lucrativas e não governamentais (ONGs). De acordo com esta perspectiva, o fortalecimento da democracia local a partir de modelos de gestão do território e dos recursos públicos, requer um tipo de envolvimento sob a forma de parcerias entre os diversos agentes com suas potencialidades para “harmonizar” os interesses do mercado. Segundo a pesquisadora, houve uma fusão entre a Agenda 21 Local com a

proposta da Agenda 21 Comperj no ano de 2007, devido a escolha do município para sediar a construção do Complexo Petroquímico. Em suas análises, observou:

(...) esse instrumento, sob a lógica da participação setorizada, vem sendo ocupada cada vez mais por representantes do setor comunidade. Essa participação é permeada por debates e conflitos relativos aos problemas locais como violência, desemprego, transporte, educação e as consequências da instalação do Comperj na cidade. (...) Portanto, a visibilidade já está posta, embora isso possa representar, em determinados momentos, uma exposição arriscada e perigosa diante dos conflitos e dos interesses e jogo (GUERRIEIRO, 2013, p. 320-321).

No caso de Magé, segundo dados obtidos no site oficial da Agenda 21 Comperj, em 2007 a população do município recebeu o projeto intitulado “Caravana Comperj” que tinha como objetivo estimular a criação da Agenda 21 Local. A mesma base de informação retratou que já existiam movimentos em prol da criação da Agenda 21 no município, no entanto, o processo só teve início efetivo com a aproximação da equipe do empreendimento e a contratação de quatro organizações não governamentais.

De acordo com o documento oficial da Agenda 21 de Magé-RJ, a proposta está pautada na formação de parcerias entre diversos setores a fim de proporem ações para as questões ambientais locais, buscando desenvolver atividade que tornem o município referência na sustentabilidade.

A implementação de Agendas 21 Locais colabora para estruturar modelos sustentáveis de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que esclarece o papel de cada setor social nesse processo. Além disso, neste caso, contribui para que os municípios se preparem mais adequadamente para os impactos e oportunidades advindos do desenvolvimento impulsionado pelo Comperj e por outras empresas que se instalarão na região (PETROBRAS, 2011, p.07).

Este modelo reafirma assim o padrão de governança concebido em outras políticas de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente (Cunha, 2015). Nessa mesma direção, Kaplan (2011) identificou que nas políticas públicas de educação ambiental prevalece um padrão governamental que institui modelos de parcerias com o repasse de responsabilidades para a sociedade civil.

Nestas análises, foi possível identificar algumas das conceituações de Estado e de sociedade civil que têm circulado entre educadores ambientais e que parecem problemáticos por apresentarem dualidades e maniqueísmos que não dão conta da dinâmica complexa que constitui e atravessa ambas esferas. É necessário enfrentar tais fragilidades conceituais no sentido da superação da falsa dualidade Estado-sociedade

civil, tão nociva no contexto das políticas públicas de educação, em especial na EA (KAPLAN, 2011, p. 171-172).

E essa transferência de responsabilidades só é viável pela legitimação do discurso de que não há mais conflitos estruturais, mas posições plurais e consensos obtidos pelo diálogo que permitem reduzir a política pública a diretrizes e execução de serviços pela parceria, reproduzindo relações sociais privatistas e tornando verdades particularistas em verdades universais.

De acordo com Lima e Martins (2005), seguindo essa linha de apaziguamento dos conflitos ambientais, a solução dos problemas e a realização de demandas deveriam ser buscadas na mobilização social de pequenos grupos e por intermédio de “parcerias” com a “participação” estatal e de outros organismos da sociedade civil. Com isso, a desigualdade não é enfrentada, sendo exaltada apenas a diversidade cultural e de opiniões, que é concebida sem a materialidade histórica, desconsiderando que a própria condição de uma sociedade diversa é mediada pela condição de uma sociedade igualitária que de modo justo afirme a diferenciação humana (Loureiro, 2014).

Destacamos, para ilustrar, um trecho do documento base do Programa Municípios Educadores Sustentáveis, um dos programas de referência inseridos no mesmo escopo da política pública federal para a educação ambiental, que busca justificar esta opção política de redução do Estado:

Para o poder público local, a falta de recursos financeiros tornou-se um grande empecilho à implementação de políticas públicas capazes de reverter o quadro de pobreza, além da falta de infra-estrutura e do mau uso do patrimônio coletivo. A crise é ampla, é histórica, é mundial. Nenhum governo sozinho pode, neste momento, dar conta de tantos problemas. O que aparece como uma luz no fim do túnel é o compartilhar responsabilidades, somar esforços e coordenar ações, a fim de melhor aproveitar os recursos materiais e humanos. Isto significa envolver a sociedade na formulação e implementação de políticas públicas redefinindo prioridades para incluir a proteção do bem comum e os desejos e anseios da população (MMA, 2005, p.08).

O discurso de apelo para a união de diferentes (desconsiderando as injustiças inerentes à sociedade) e de falta de recursos públicos (sem dizer as causas de tal aparente escassez) pode criar argumentos convincentes e brechas práticas para a desresponsabilização do Estado.

Tal como a proposta citada, a Agenda 21 Local se dá por meio de Fóruns de Agenda 21 onde representantes de diversos setores da sociedade se reúnem para acompanhar a construção das Agendas Locais e a viabilização dos Planos Locais de

Desenvolvimento Sustentável. Mesmo havendo a intenção de construir um processo participativo, é perceptível que as proposições do documento da Agenda 21 indicam ações a partir do apagamento das tensões sociais, conduzindo-se assim, para um processo de apaziguamento do debate político. De forma específica, Guerrieiro (2013) identificou em suas análises sobre Agenda 21 Comperj, tensões envolvendo setores ligados ao movimento ambientalista, pescadores e gestores das áreas protegidas com discursos reivindicatórios e de oposição ao empreendimento do Comperj e de suas medidas de mitigação dos impactos ambientais. Estes sujeitos buscaram evidenciar na esfera dos debates os conflitos ambientais e por consequência, sofreram pressões psicológicas e de violência. Ao propagar estes valores de apaziguamento das tensões,

passa-se à lógica do consenso e do diálogo, como se a desigualdade e o antagonismo de interesses de classe tivessem evaporado espontaneamente – ou pior, como se a comunicação entre agentes sociais levasse ao consenso e à emancipação (LOUREIRO, 2012, p. 44).

De acordo com o documento da Agenda 21 em estudo, este adota as premissas preconizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, sendo:

Abordagem multissetorial e sistêmica, que envolve as dimensões econômica, social e ambiental; Sustentabilidade progressiva e ampliada, ou seja, construção de consensos e parcerias a partir da realidade atual para o futuro desejado; Planejamento estratégico participativo: a Agenda 21 não pode ser um documento de governo, mas um projeto de toda a sociedade; Envolvimento constante dos atores no estabelecimento de parcerias, aberto à participação e ao engajamento de pessoas, instituições e organizações da sociedade; Processo tão importante quanto o produto; Consensos para superação de entraves do atual processo de desenvolvimento (PETROBRAS, 2011, p.17).

A constituição de espaços de diálogos entre os diferentes setores da sociedade pode ser um importante instrumento de planejamento participativo na construção de projetos desta natureza. No entanto, causa-nos estranheza afirmar isso sem considerar um contexto de intensificação de espoliação de direitos e territórios para expansão de atividades econômicas que geram concentração de poder político e econômico e aumento de desigualdades.

As premissas indicadas no documento, em termos argumentativos, muito se aproximam da proposta denominada de terceira via, defendida por Giddens. Esta, segundo Neves (2005):

(...) afirma que “o governo pode e deve desempenhar um importante papel na renovação da cultura cívica” da sociedade civil (GIDDENS,

2001,p.89), ou seja, dirigir a sociedade civil a partir de certas diretrizes. Esse processo exigiria: a disposição de a sociedade civil trabalhar em parceria com o Estado; o incentivo à auto-organização por grupos de interesses; o incentivo ao potencial das comunidades na resolução de seus próprios problemas; um pacto social para a solução pacífica dos conflitos (GIDDENS, 2001 apud. NEVES, 2005, p. 51).

Assim, a “terceira via” representa uma ideia de “modernização política”, indicando um ajustamento nas formas de participação política da sociedade civil que, segundo Lima e Martins (2005), pode ser apresentada como um programa comprometido com a atualização do projeto burguês de sociedade e pela geração de uma pedagogia voltada para criar uma unidade moral e intelectual comprometida com essa concepção. Discursivamente, essa unidade torna-se viável ao se apagar as mediações sociais que formam os indivíduos e grupos sociais em uma sociedade estruturalmente desigual. Com isso, quando a temática ambiental é posta no espaço público, esta acaba por assumir um caráter consensual, como se os problemas e soluções pudessem ser indicados sem contradições e intencionalidades antagônicas, que disputam os caminhos das políticas públicas que se materializam em determinado território.

Coelho, Loureiro, Irving e Soares (2015) ao analisarem as disputas ambientais decorrentes do licenciamento do Comperj e seus impactos nos mosaicos de unidades de conservação (UC), retrataram algumas estratégias de sujeitos envolvidos nos conselhos gestores de UCs que se manifestaram explicitamente contrários ao empreendimento, levando à constatação de que existem expressivos movimentos de resistência territorial na região, contrariando assim, a lógica dos consensos em torno do processo de desenvolvimento local. Apesar dos impactos negativos do Comperj, o Estado, ao definir sua instalação no município de Itaboraí, “determinou que este se localizasse em região com populações mais desfavorecidas economicamente, pequenos agricultores de Itaboraí e pescadores artesanais do fundo da Baía de Guanabara” (COELHO, *et al*, 2015, p. 266).

Diante do exposto, é necessário refletir como a educação ambiental e os projetos ambientais se inserem dentro deste modelo que propõe incentivos para a sociedade civil "trabalhar em parceria com o Estado". Vale ressaltar que nas propostas acima a ideia de uma “renovação da cultura cívica” exige que antes de tudo, condições materiais básicas de sobrevivência estejam garantidas, incluindo saúde e segurança que tornem minimante os “grupos de interesse” capazes de participar de qualquer processo cívico na resolução de seus problemas. Desta forma, a “solução pacífica de conflitos” só pode se dar num ambiente pacificado, onde todos tenham condições de igualdade para exercerem suas

participações e atividades. Aqui identificamos que o papel educação ambiental crítica, mais que incentivar a participação, pode ser o de revelar as condições desiguais de possibilidade de participação, evidenciando as condições de opressão ambiental, de violação de direitos fundamentais e de desigualdade de condições para o diálogo. Lamosa (2010), em sua pesquisa, expõe o seguinte:

Os empresários brasileiros passaram a portar um novo projeto para reordenar a sociabilidade. Este projeto, embasado pelas referências teóricas analisadas nesta dissertação, se caracterizou pela formulação de uma educação política no qual a EA se tornou peça fundamental. Neste contexto, ocorreu o processo de inserção da EA nas políticas públicas educacionais. Na nova sociabilidade do capital, a ideologia da responsabilidade social e da sustentabilidade se traduz em projetos de EA (LAMOSA, 2010, p. 144).

Observa-se que as análises da Agenda 21 apontam para uma lógica que vai na “contra-mão” de propostas pautadas nos movimentos por justiça ambiental, que partem da explicitação dos conflitos forjados em necessidades e interesses distintos como condição para a democratização da sociedade e para a garantia de direitos (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009).

O Fórum da Agenda 21 deseja que a população de Magé se conscientize sobre a importância da educação. O novo cenário do mercado de trabalho na região exige trabalhadores com alto nível de escolaridade e com especialização e uma das alternativas apontadas pelos participantes do Fórum são os cursos profissionalizantes do Comperj (PETROBRAS, 2011, p.82).

Neste ponto, podemos concordar que existe o interesse e necessidade das pessoas e entidades locais pelo acesso ao trabalho e renda. No entanto, Sevá (2013) aponta que as indústrias de grande porte e de alto risco ocupam terrenos e posições onde, em geral, já residiam pessoas que ali mantinham outras atividades produtivas, que são inviabilizadas ou passam a ser subordinadas aos interesses econômicos dominantes.

(...) relembramos que a consequência visível da implantação de todas essas atividades é a constante atualização dos conflitos típicos da conhecida “acumulação primitiva de capital”. É como podemos caracterizar esse mecanismo pelo qual o capitalismo conquista sempre novos espaços geográficos, novas fontes de recursos naturais e exerce seu poder de forma coercitiva, requisitando áreas, expulsando moradores, prejudicando suas atividades econômicas anteriormente exercidas e tornando-os proletários, assalariados, quando não simplesmente tornando-os despossuídos e miseráveis (SEVÁ, 2013, p. 63-64).

A construção de um discurso acerca das relações de trabalho poderia também contemplar as contradições que existem no território, a fim de contribuir com outros direcionamentos e planejamentos da Agenda 21 Local. Percebemos ainda que existe uma lógica na propagação de ideias consensuais voltadas para respostas técnicas e pragmáticas para os problemas socioeconômicos de Magé. Nesse sentido, este processo confirma a utilização do espaço da referida Agenda para a conformação da hegemonia neodesenvolvimentista na região ou seja, de uma ideologia que naturaliza as relações econômicas vigentes e tem no crescimento econômico o caminho para atender às necessidades humanas, desconsiderando as relações de produção e minimizando a importância da concentração de renda e riquezas nesse processo. Além disso, o documento da Agenda 21 Comperj de Magé (2011, p.22) diz que a construção do processo foi bem-sucedida graças à concordância em torno de objetivos comuns e a construção de consensos sobre as preocupações, potencialidades e as ações prioritárias.

Como no caso de Magé, a Agenda 21 tem sido utilizada como uma proposta de trabalho em diversos programas de educação ambiental empresarial. Alguns destes programas resultam no estabelecimento de premissas que direcionam a proposta para uma perspectiva harmonizadora dos conflitos socioambientais nos territórios, conformando as populações locais diante do quadro de expropriação ambiental a que muitas vezes estão submetidas.

Embora existam esforços de adotar medidas de proteção e conscientização ambiental por meio da “responsabilidade social empresarial” no âmbito da Agenda 21, de fato, estas proposições revelam uma aproximação com a nova pedagogia da hegemonia que “(...) estimula a pequena política em detrimento da grande política, propiciando, contraditoriamente, à classe trabalhadora a realização da grande política da conservação” (NEVES, 2005, p. 35). Se foi possível identificar esta proximidade, veremos a seguir de que maneira a nova pedagogia da hegemonia é representada dentro da Agenda 21 de Magé.

A Nova Pedagogia da Hegemonia na Agenda 21 de Magé

Além do Comperj, a região de Magé é rota de alguns dos principais projetos de infraestrutura ligados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Diante disso, passa por intensos conflitos ambientais, incluindo a violação de direitos humanos, ameaças de morte e homicídios entre pescadores e a construção de grandes empreendimentos industriais na Baía de Guanabara. Na cidade está a sede da Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara (AHOMAR), instituição que ganhou repercussão internacional depois

do assassinato de alguns de seus membros e cujo presidente Alexandre Anderson vive sob escolta policial 24 horas, por conta das inúmeras ameaças e dos atentados que já sofreu por denunciar problemas ambientais na Baía de Guanabara.

Para Sevá (2013) os graves problemas sofridos por moradores dos locais ocupados por empresas de grande porte, bem como os riscos a que ficam sujeitos, sempre demoram a ser reconhecidos pelas empresas, sendo, eventualmente, trocados por pequenas compensações ou mitigações. Além da morosidade no reconhecimento dos riscos associados as atividades industriais, o relatório da Ong PACS revelou casos envolvendo a Petrobras e moradores dos municípios de Magé e São Gonçalo, “onde lideranças de pescadores que se opõem aos empreendimentos estão sofrendo processos de criminalização por parte das transnacionais ou de seus capangas e seguranças, culminando em atentados e num caso de homicídio” (PACS, 2009).

O documento da Agenda 21 Local de Magé, no entanto, diz que o seu processo de confecção ofereceu uma visão privilegiada do cenário ambiental da região. Neste, argumenta-se que quando o Complexo Petroquímico for completamente instalado, as potencialidades deste empreendimento poderão ser aproveitadas em benefício de todos. Complementa-se:

Quando entrar em operação, o complexo agregará valor ao petróleo nacional e reduzirá a necessidade de importação de derivados e produtos petroquímicos. Além disso, atrairá novos investimentos e estimulará a criação de empregos diretos, indiretos e por efeito renda, modificando o perfil socioeconômico da região do leste fluminense. Ao final das cinco etapas, as Agendas 21 Comperj compõem um mosaico do contexto regional e oferecem uma visão privilegiada do cenário no qual o Complexo Petroquímico será instalado, indicando as potencialidades que podem ser aproveitadas em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social (PETROBRAS, p. 16).

As justificativas usadas no documento da Agenda 21 sobre a geração de empregos e desenvolvimento econômico para a região, não se procede de acordo com os relatos registrados na pesquisa de Pinto (2013), publicada no livro do Fórum dos Atingidos da Baía de Guanabara, que divulgou depoimentos de pescadores que estão vinculados com a AHOMAR.

Tem pescador morrendo de fome. (...) Tem pescador lá que não tem bolsa família, tava morrendo de fome. (...) Eles falam que emprega a gente, não emprega, quando emprega, não é mão de obra qualificada, a gente para trabalhar de peão usa a gente três meses e aí perde o direito de ser pescador, aí perde o benefício. (...) A empresa tá lá massacrando o pescador (PINTO, 2013, P.131).

Cabe ressaltar que no âmbito do Comperj, existe um amplo sistema de dutos e terminais que fará o transporte e armazenamento de produtos líquidos entre o COMPERJ, o Terminal de Campos Elísios, o Terminal Aquaviário da Ilha Comprida e o gasoduto que ligará o sistema de gasodutos Cabiúnas - REDUC ao COMPERJ. No caso do relato supracitado, o pescador reside na região dos arredores da praia de Mauá em Magé, onde possuem trechos submarinos e terrestres destes empreendimentos.

Para a população tradicional que exerce atividades de pesca e extração de mariscos na região de Magé, Sevá (2013, p. 106) aponta que a situação trágica se aprofundou quando entraram em vigor as regras de exclusão da pesca, sob argumentos da proteção das pessoas diante dos riscos das instalações industriais ligadas ao Comperj. No entanto, os conflitos resultantes das formas desiguais de acesso e distribuição dos recursos naturais locais foram amenizados no documento da Agenda 21 de Magé que consagrou o argumento de que “os benefícios da instalação do Complexo Petroquímico podem ser aproveitados em benefício de todos, fortalecendo a cidadania e a organização social” (Petrobras, 2011, p.19).

Nesse sentido, a Agenda 21 de Magé pode ser vista como um mecanismo para difundir a pedagogia de hegemonia, pois o projeto trabalha para obter um consentimento sobre os benefícios do Comperj, criando certa inviabilização de outros projetos contestadores das condições postas, limitando assim, as possibilidades de mudanças ao projeto neodesenvolvimentista da região de Magé. Isso levanta um problema mais geral que busca criar “(...) a consciência de que os interesses corporativos podem e devem tornar-se os interesses dos grupos sociais subordinados” (NEVES, 2005, p.31). A pesquisa de Pinto (2013) revela que:

No dia 1 de maio de 2009, uma das lideranças da AHOMAR sofreu um atentado de quatro disparos de armas de fogo contra sua embarcação. Na madrugada do dia 22 de maio, o tesoureiro da AHOMAR foi assassinado a tiros em frente à sua família. Segundo o relatório apresentado pela Antropóloga do Ministério Público Federal, baseado em denúncias registradas por jornais na época (Globo e Brasil de Fato), havia indícios de que o crime teria sido encomendado por alguém ligado à concessionária responsável pela obra (PINTO, 2013, p.129).

Acreditando que a educação ambiental na perspectiva crítica tem o compromisso de trazer a dimensão da realidade local e entendendo a perspectiva pedagógica dos conflitos ambientais como estratégia de transformação da realidade local, esta pode revelar as condições de expropriação dos recursos ambientais de grupos vulneráveis e

vulnerabilizados pelas condições desiguais de apropriação do ambiente, este sim, pode ser um caminho para a participação efetiva da sociedade na construção de processos de favoreçam a resolução dos problemas ambientais.

No entanto, no que diz respeito as propostas criadas no processo da Agenda 21 Local de Magé no âmbito do tema sobre educação ambiental, houve a definição de 12 propostas, dentre elas: criar hortas nas escolas municipais; realizar encontros com professores e educadores ambientais; comprometer as empresas instaladas na região a apoiarem ações de educação ambiental; criar uma rede municipal de educação ambiental; elaborar projetos de educação ambiental (palestras e oficinas) permanentemente nas universidades e comunidades populares; elaborar calendário de campanhas ambientais; elaborar e distribuir cartilhas com informações sobre boas práticas e como solucionar problemas referentes aos direitos do cidadão; realizar campanhas para aumentar a participação da população nos projetos de preservação ambiental por meio de programas de voluntariado; conscientizar o educador para a importância do tema e torná-lo um multiplicador (Petrobras, 2011, p.86).

Vale a pena observar que as bases das propostas de educação ambiental indicam, em certa medida, caminhos para a desresponsabilização direta do Estado pela proteção ambiental, estimulando o desenvolvimento de ações voluntaristas com vistas à obtenção do consenso das ações orientadas pela empresa: a do voluntariado e da responsabilidade social empresarial. Estas propostas educativas, que são tão frequentemente defendidas como tendo grande significância na educação ambiental, apontam para o que Neves (op.cit.) problematiza de “repolitização da sociedade civil”, no sentido de fortalecimento de práticas que induzem à conciliação de classes. As propostas em si podem ser tecnicamente válidas e relevantes, contudo, o que estamos chamando a atenção é para o fato destas se conformarem em um padrão de organização e execução que reforça o esvaziamento do debate público sobre as políticas de Estado e enfatiza o voluntariado e as iniciativas privadas.

A Agenda 21 Local propõe para a "geração de trabalho, renda e inclusão social" os seguintes tópicos:

Criar incentivos fiscais para a abertura de novos empreendimentos e atrair indústrias com responsabilidade socioambiental; Reduzir a burocracia municipal para a abertura de novas empresas; Cobrar da Prefeitura Municipal, Secretarias Municipais e Câmara Municipal a elaboração de políticas públicas para a geração de emprego; Promover o desenvolvimento de ações de qualificação da mão de obra local,

principalmente entre as mulheres e os jovens, para gerar aumento da renda familiar (Sistema S e outras instituições de ensino e ONGs); Realizar cursos de capacitação para que pessoas interessadas tenham acesso ao mercado de trabalho (PETROBRAS, 2011, p. 115).

Percebe-se no texto da Agenda 21 Local de Magé, que a possibilidade de incorporar a atividade da pesca como continuidade de geração de trabalho, renda e inclusão social não foi lembrada pelos agentes que construíram o documento. De acordo com Acsegrad, Campello e Bezerra (2007), nessas conjunturas em que os agentes sociais se veem constringidos a aceitar de forma submissa os grandes projetos econômicos ou manifestarem-se através de denúncias impotentes, há a substituição da política pela submissão.

Encontramos neste trecho mais uma pista das aproximações da Agenda 21 de Magé com a nova pedagogia da hegemonia. É possível pensar que se trata de um conjunto de estratégias de reprodução ampliada do capital, que pode ser melhor compreendido a partir do conceito gramsciano de Estado Educador, tal como expõe Neves: “Na condição de educador, o Estado capitalista desenvolveu e desenvolve uma pedagogia da hegemonia, com ações concretas na aparelhagem estatal e na sociedade civil” (p. 27). Neste sentido, a autora continua e cita Gramsci:

“toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e internacionais” (GRAMSCI, 1999, p.399, apud NEVES, 2005, p.27).

À luz desse tipo de análise, afirmamos que há em curso um projeto de Estado de novo tipo, constituído de uma sociedade civil ativa que ajuda a formular espaços de consensos e harmonização de interesses frente aos conflitos sociais que são internos às próprias lutas de classes. Ainda nessa direção, Neves (2005) aponta que, sob a hegemonia burguesa, o Estado capitalista vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade. Além disso, observamos que existe um processo de apagamento de demandas da população local no discurso construído pelo documento da Agenda 21, conforme destacamos a seguir:

Magé não tem recursos para projetos científicos voltados ao desenvolvimento sustentável – e este é um dos entraves locais indicados pelo grupo, que aponta os recursos naturais do município e sua biodiversidade como uma potencialidade para atrair empresas e investimentos internacionais. O grupo ressaltou que faltam incentivos

para que empresas estrangeiras invistam no município (PETROBRAS, 2011, p. 138).

Não é à toa que nos últimos anos, é crescente o uso de termos como “ambientalismo de resultados”, produtos e ações “ecologicamente corretos” e “sustentáveis”, “mercado de carbono”, “economia verde”, dentre outros. Tais medidas trazem um contexto para as políticas ambientais de “modernização ecológica” que, segundo Acselrad (2004), atribui ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental e ignora dinâmicas locais não adaptáveis aos ditames de reorganização territorial determinados pelos interesses econômicos privados. Por essa via, um complexo debate envolvendo questões políticas, sociais e culturais é reduzido à proposição de ajustes na organização social e acomodações técnicas (ZHOURI; OLIVEIRA, 2014, p. 53), refletindo em novos sentidos de mobilização e participação da sociedade civil na esfera pública.

Além desses mencionados apagamentos de demandas e da invisibilização dos grupos oprimidos e impactados pelos empreendimentos em questão, Mészáros (2008) nos aponta o caráter de construção do processo de "internalização" de valores para uma aceitação ativa dos princípios dominantes.

A questão central, sob domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema (...) trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos (...). As instituições formais de educação certamente são parte importante do sistema global de internalização. (...) eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados a sua posição na ordem social e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes forem atribuídas (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

A Agenda 21, ao objetivar uma proposta metodológica de mediação e resolução de problemas, impõe um discurso e uma prática de tentativa de anulação das contradições e conflitos, conforme o relato abaixo:

(...) a atenção dedicada ao projeto, coordenado e acompanhado pela Petrobras, e a transparência na condução dos processos minimizaram posturas negativas e foram decisivas para conseguir o comprometimento de todos os participantes (PETROBRAS, 2011, p.22).

Observamos nestas análises que o que está em disputa não é apenas o uso e apropriação do território de Magé, mas a própria identidade de luta que os grupos mais impactados possuem. Assim, questões relacionadas aos modelos de desenvolvimento (e

suas implicações na estrutura de Estado e das políticas públicas) e aos conflitos territoriais permanecem de forma apagada e pouco trabalhada nas ações educativas da Agenda 21. Considerando a necessidade da compreensão e do reconhecimento de que os diferentes agentes sociais possuem distintos projetos de sociedade (Loureiro, 2007), entende-se que a proposta da Agenda 21 de Magé deve ser analisada com base na tendência crítica da educação ambiental de forma a evidenciar e problematizar que o conjunto de práticas e direcionamentos discursivos e ideológicos desta apontam para consolidar uma nova sociabilidade favorável aos interesses hegemônicos por meio de suas ações educativas. Portanto, a educação ambiental crítica nos apresenta uma possibilidade enquanto marco referencial epistemológico para lançar um olhar sobre as realidades socioambientais, sobretudo naquelas onde os grupos excluídos e afetados por danos ambientais são silenciados ou invisibilizados.

A educação ambiental crítica, mais que uma abordagem pedagógica, é um ponto de vista sobre a realidade tomando como premissa a justiça ambiental e a necessidade de se superar as relações alienadas no capitalismo para se objetivar novas relações sociedade-natureza. Desta forma, não se trata apenas de propor a incorporação de elementos críticos nas propostas da Agenda 21 para Magé e sim, repensar a forma como pensamos e produzimos os espaços públicos voltados ao debate ambiental, como vemos e construímos o mundo e nossas realidades socioambientais.

Considerações

Partimos da compreensão da existência de contradições no campo da educação ambiental e de que a proposta da Agenda 21, em particular a agenda local pesquisada, se trata de um projeto político trabalhado sob uma perspectiva hegemônica, reprodutora dos valores e da forma de operar a economia e o Estado segundo interesses das classes dominantes. Observamos que a Agenda 21 de Magé desenvolve uma pedagogia da hegemonia, nos termos de Neves (2005), direcionada para consolidar a “repolitização da sociedade civil”, no sentido de fortalecimento de práticas que induzem à conciliação de classes por meio de ações consensuais, estimulando medidas pautadas no voluntariado, na execução de ações imediatas e na adoção de comportamentos e tecnologias ajustadas ao padrão de organização territorial do capitalismo.

A proposição de ações que seguem a lógica de “educar para o consenso” fora observada nos documentos analisados, sendo direcionadas para uma perspectiva que naturaliza o padrão de desenvolvimento e apaga os conflitos ambientais nos quais a

população local está inserida. Acreditamos que por meio da educação ambiental crítica, enquanto referencial teórico e leitura de mundo, seja possível criar possibilidades de disputas no contexto das políticas públicas que definem as premissas desta proposta da Agenda 21 e outras propostas governamentais, no sentido de contribuir com processos de construção de uma outra hegemonia, pautada nos conflitos ambientais e na justiça ambiental.

Os processos educativos com essa intencionalidade se apresentam como eixo estruturante de propostas pedagógicas contextualizadas, situadas historicamente e socialmente, voltadas ao enfrentamento coletivo e organizado do processo de expropriação de recursos naturais que produzem tantos expropriados e oprimidos ambientais. Acreditamos, em síntese, numa educação ambiental crítica que seja capaz de colaborar com a construção de uma sociedade com menos injustiças, em que os sujeitos possam estar libertos de sua condição de desigualdade ambiental.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos Ambientais no Brasil**. H. ACSELRAD (org). Rio de Janeiro: Relume Dumará; F. Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

_____. **Cidade, ambiente e política**: Problematizando a Agenda 21 Local. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BESSA FREIRE, José Ribamar; MALHEIROS, Márcia Fernanda. **Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Eduerj. 2010.

COELHO, Breno Herrera da Silva; LOUREIRO, Carlos Frederico; IRVING, Martha Azevedo; SOARES, David Gomes. Conflitos entre o Comperj e a gestão de áreas protegidas: o Mosaico Central Fluminense como possibilidade de enfrentamento a impactos socioambientais de grandes empreendimentos industriais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. UFPR. v. 35, p. 259-273, dez. 2015.

CUNHA, Yvaga Poty. Penido da. **Políticas públicas de educação ambiental instituídas pelo MMA**: análise do Programa Nacional de Formação de educadoras(ES) Ambientais. Dissertação de Mestrado, PPGE/UFRJ, 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUERRIEIRO, Lídice de Barros. Sociedade civil e mercado na Agenda 21: usos do poder local na construção pedagógica da hegemonia. **Revista IDeAS**, v. 7, n. especial, pp. 305-342, 2013.

KAPLAN, Leonardo. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGE/UFRJ, 2011.

LAMOSA, Rodrigo. **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGE/UFRJ, 2010.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea da Educação**. Rio de Janeiro, vol. 7.n.14. 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L. M. W. (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.**

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Materialismo histórico-dialético e a pesquisa em educação ambiental. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, São Carlos, vol. 9, n. 1, p. 53-68, 2014.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo. Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Municípios Educadores Sustentáveis**. 2ª edição. Brasília, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PACS (Políticas Alternativas do Cones Sul). **As Transnacionais e as Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro: a Petrobrás e os pescadores artesanais na Baía de Guanabara**. Autores: Alessandro Biazzi, Karina Kato, Sandra Quintela. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: www.pacs.org.br

PETROBRAS. **Agenda 21 de Magé**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Mage_0.pdf. Acesso em 05 de dezembro de 2014.

PINTO, R.G. Pesca artesanal e conflito ambiental na Baía de Guanabara. In: MALERBA, J. RAULINO, S. **50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal**. Rio de Janeiro: 2013.

SEVÁ, Oswaldo. O Estado do Rio de Janeiro, capital dos problemas ambientais e sociais da indústria petrolífera – os casos do litoral Norte Fluminense e da Baía de Guanabara. In: MALERBA, J. RAULINO, S. **50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal**. Rio de Janeiro: 2013.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais /organizado por Andréa Zhouri, Klemens Laschefski, Doralice Barros Pereira. 2.ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Submetido em: 02-01-2017.

Publicado em: 30-04-2017.